

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.021](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.021)

# O ESTADO DA ARTE SOBRE O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (2011-2020)

**Maria Rita Valões da Silva**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – campus Pesqueira, [rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br);

**Andreza Maria de Lima**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua nas licenciaturas em Física e Matemática do *campus* Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no *campus* Olinda, [andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br).

## RESUMO

O Assistente Social atua em áreas de vulnerabilidade, decorrentes das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. A área da educação torna-se, assim, um importante espaço de atuação desse profissional à medida que essas desigualdades se manifestam das mais variadas formas, especialmente no âmbito escolar. Neste artigo, analisamos a produção científica da Pós-Graduação brasileira sobre o Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com foco no Ensino Médio Integrado (EMI), no período de 2011 a 2020. O estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, do tipo Estado da Arte. Para a coleta, consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Os trabalhos, selecionados a partir do título, resumo e palavras-chave, foram lidos na íntegra. Para a análise, utilizamos a Técnica de Análise

de Conteúdo Categorical Temática. Localizamos apenas quatro trabalhos, sendo três dissertações e uma tese. Dois trabalhos estudaram sobre a atuação dos Assistentes Sociais em prol da permanência dos estudantes ou da redução da evasão escolar e dois sobre o exercício profissional do Assistente Social. Os resultados das produções evidenciaram as necessidades e os desafios que precisam ser superados pelos Assistentes Sociais nos Institutos Federais, no sentido de respaldar ações interventivas no contexto da EPT. Por fim, ressaltamos a necessidade de novos estudos sobre o Assistente Social na EPT.

**Palavras-chave:** Assistente Social; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Estado da Arte.

## INTRODUÇÃO

O Assistente Social atua em áreas de vulnerabilidade, decorrentes das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. A área da educação torna-se, assim, um importante espaço de atuação desse profissional à medida que essas desigualdades se manifestam das mais variadas formas, especialmente no âmbito escolar. Em outras palavras, o Assistente Social atua nas expressões da questão social<sup>1</sup> que se refletem na escola em forma de violência, evasão escolar, desigualdades sociais, dentre outras.

Durante os anos de 1980 e 1990 do século passado, o debate acerca do direcionamento ético-político da profissão dos Assistentes Sociais contribuiu para a intensificação da sua presença no campo da Educação. Após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), período de consolidação do projeto ético-político da categoria, o Serviço Social passa a vivenciar um momento de expansão dos campos de trabalho, sobretudo nas políticas públicas, que repercute na formação profissional, direcionamento social e reconstrução da própria natureza da atividade.

No entanto, é apenas a partir dos anos 2000 que a reflexão em relação à inserção desses profissionais na Política de Educação passou a ter destaque nos espaços de discussão coletiva da categoria profissional. No âmbito da educação, os Projetos de Lei nº 3.688/2000 (BRASIL, 2000) e nº 837/2003 (BRASIL, 2003), que dispõem sobre a inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da escola pública representa não só um novo campo de trabalho, como desperta a discussão sobre a presença desse profissional, sua relevância e desafios nesse contexto. Desde então, o Serviço Social tem realizado várias discussões e abarcado frentes de lutas que venham a estreitar essa interface com a Política Educacional.

---

1 Diversos autores utilizam o termo “questão social” para definir “[...] o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 156). Esse termo pode ser definido ainda como um conflito oriundo das contradições do sistema capitalista, fruto da sua lei geral, em que a produção da pobreza é condição para a acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI 2009).

Nesse contexto, cumpre destacar que a Política de Educação, no cenário nacional, adquiriu um novo modelo de gestão no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do Decreto nº 6.095/2007 (BRASIL, 2007), que definiu Diretrizes para constituição dos Institutos Federais (IFs). Esse Decreto foi legitimado com a publicação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os IFs. No Art. 2º, a Lei define os Institutos Federais como: “[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]”.

Desse modo, a criação/expansão dos IFs passou a ser um largo espaço de atuação dos Assistentes Sociais no campo da educação. De acordo com Silva (2020), a admissão da maioria dessas/es profissionais nas Instituições Federais de Ensino ocorreu após 2009, tendo como fatores a criação dos IFs em 2008, a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010<sup>2</sup> e a Lei de Cotas de 2012, que têm sido alvo de destinação de recursos do Governo Federal e demandadas às Instituições a sua execução.

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a área de educação se constituiu como o espaço sócio-ocupacional mais ocupado por esses profissionais, especialmente no âmbito federal, devido à expansão dos IFs e a necessidade de se oferecer uma Política de Assistência Estudantil aos estudantes da Rede Federal (CFESS, 2012).

O art. 7º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) preceitua, como um dos objetivos dos IFs, “ministrar educação profissional técnica de nível médio, *prioritariamente na forma de cursos integrados*, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008, grifos nossos). Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado (EMI) à educação profissional surge de forma inclusiva e de qualidade para a população,

---

2 Destacamos que a criação do PNAES é de 2007.

mediante a ampliação da oferta de vagas, contribuindo na democratização do acesso à educação básica (RAMOS, 2008).

O EMI é uma forma de oferta do Ensino Médio que supera a divisão histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para Ramos (2008, p. 3), há três sentidos de integração que se complementam: “[...] como concepção de formação humana, como forma de relacionar Ensino Médio e Educação Profissional e como relação entre parte e totalidade na proposta curricular”. Assim, concordamos com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) quando afirmam que o EMI, pautado em uma base de formação geral, representa uma condição necessária para que se possa fazer a “travessia” para uma nova realidade na educação do país.

Neste artigo, analisamos a produção científica da Pós-Graduação brasileira sobre o Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica com foco no Ensino Médio Integrado no período de 2011 a 2020. Trata-se de um estudo que faz parte de uma pesquisa de mestrado profissional em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) com o objetivo geral de analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de EMI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *campus* Belo Jardim. O referencial da pesquisa é a Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici. Essa Teoria traz subsídios para compreender os comportamentos, atitudes e modos de agir das pessoas em determinado tempo e espaço (MOSCOVICI, 2003).

Consideramos este estudo relevante, pois as pesquisas do tipo “Estado da Arte” possibilitam mapear e analisar a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica, auxiliando na estruturação da pesquisa e na delimitação da sua contribuição científica e social (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

#### REFERENCIAL TEÓRICO

### **O Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**

A concepção de educação que subsidia a práxis profissional do Serviço Social no âmbito da EPT é de uma educação que valorize uma formação que considere o ser social, os aspectos éticos, o fazer profissional, a criação intelectual, artística, afetiva, que busque

superar o individualismo, os preconceitos etc (DUARTE, 2019). Portanto, uma concepção de educação crítica e emancipadora.

O Serviço Social nos Institutos Federais desempenha um papel estratégico do ponto de vista econômico, social e cultural. A profissão é requisitada em um diversificado leque de atuação, tendo em vista que as múltiplas expressões da questão social, objeto de intervenção do Assistente Social, se manifestam amplamente no cotidiano escolar e afetam os processos de ensino e aprendizagem, prejudicando a oferta de uma educação de qualidade (MARTINS, 2012; BULL, 2010; SILVEIRA, 2013; LESSA, 2013). Em virtude de tais expressões, compreendemos que o Serviço Social articulado a Política de Educação pode auxiliar no fornecimento de condições objetivas para uma educação de qualidade.

O trabalho profissional do Assistente Social deve priorizar a conjuntura a qual está inserido, considerando os professores, técnicos, estudantes, comunidade e questões que influenciam diretamente na oferta da educação de qualidade como as expressões advindas da relação capital x trabalho (PRADA, 2015). A partir dessa compreensão, é preciso buscar alternativas para o enfrentamento das situações que perpassam à escola e que chegam ao Serviço Social, mas que devem ser pensadas e debatidas para além dos muros da escola.

Em consonância com os apontamentos realizados por Abreu (2017), identificamos, como principal requisição para os Assistentes Sociais nessas Instituições, as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e que possui, como uma forma de materialização, a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino.

Desse modo, os Assistentes Sociais dos IFs foram demandados, em sua maioria, especificamente para a execução do PNAES que, a partir de 2010, tem aumentado progressivamente a destinação de recursos para o pagamento de bolsas e auxílios estudantis. Antes desse período, os profissionais desenvolviam atividades ligadas aos estudantes, servidores e à comunidade e tinham outras possibilidades de atuação (PRADA, 2015).

Contudo, há uma desorganização entre essas possibilidades de atuação, concernente às ações que são de competência da instituição e às que estão relacionadas ao trabalho cotidiano (PRADA, 2015). Nessa lógica, a atuação do Assistente Social está inserida no contexto da relação capital x trabalho em que seus acirramentos acarretam desigualdades sociais que envolvem o ambiente escolar.

Em meio a essa realidade, é importante reconhecer as possibilidades traçadas pelos profissionais para superar tais condições no interior das instituições, como a conquista pela ampliação do espaço de trabalho do profissional. O desafio consiste em intervir nessa realidade para superar a intervenção focada numa visão reducionista da Assistência Estudantil e nas limitações institucionais impostas pela realidade, tendo a compreensão das competências profissionais e do compromisso ético-político profissional.

A assistência aqui explicitada é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade do Estado com a educação, isto é, a democratização do ensino público, gratuito e de qualidade, de modo a efetivar o direito social para potencializar condições de sociabilidade humanizadoras.

O Assistente Social é um dos profissionais que lida de maneira próxima com o aluno, em especial o de baixa condição socioeconômica. Tem um papel fundamental na criação, implementação e coordenação de ações que visem inserir o discente de baixa condição socioeconômica em programas de moradia, alimentação, e bolsas, ao adentrar no espaço institucional. Esses programas, além de ser um direito, são uma necessidade para a permanência e conclusão do curso dos estudantes que deles necessitam (DUARTE, 2019).

Cabe ao Assistente Social realizar uma atuação pautada na ética, com posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços. Faz-se necessário que construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas no campo educacional (DUARTE, 2019).

Atualmente, devido a um percurso travado de lutas ideológicas e políticas, a EPT está orientada pela construção de um projeto sustentado pela formação humana integral, que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco

dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Em oposição a uma educação dual, defende-se que o conhecimento crítico-reflexivo pode proporcionar ao sujeito uma formação omnilateral (DUARTE, 2019).

Ramos (2008) aborda essa discussão, mostrando que a dualidade educacional é reflexo da dualidade existente no próprio sistema capitalista. Portanto, torna-se fundamental a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Ramos (2008, p. 4) ressalta que:

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade.

Dessa forma, para que o direito à educação seja garantido qualitativamente, numa perspectiva cidadã, numa visão mais totalitária do estudante, muitos são os fatores que merecem a preocupação das equipes educacionais, dentre eles destaca-se a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo, tendo em vista diversos aspectos que podem fragilizar esse processo. Dentre esses fatores, podemos destacar: o acesso à instituição, dificuldades de relacionamento com a comunidade acadêmica, fatores socioeconômicos, identidade com o curso, problemas de aprendizagem, entre outros.

Nessa luta pela garantia da formação humana integral, o profissional de Serviço Social tem muito a contribuir, ocupando espaços e desvencilhando-se de imposições institucionais que reforçam uma prática não-reflexiva. Iamamoto (2001, p. 21) propõe que

[...] as alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Assim, as ações no cotidiano profissional devem estar comprometidas com os sujeitos à luz do projeto de mundo que se pretende. Suas atividades técnico-operativas, que se operacionalizam nos atendimentos aos estudantes, a seus familiares, a comunidade e aos outros profissionais, devem pautar-se na perspectiva de superação do dualismo histórico construído, a partir da afirmação de uma clara direção ético-política, articulada a um conjunto de referenciais teóricos, tendo em vista que, enquanto profissão, através do seu projeto ético-político, assume compromisso com a classe trabalhadora.

## METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, do tipo Estado da Arte, conforme indicamos.

Para a coleta das teses e dissertações, consultamos três bancos de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do ProfEPT no período de 2011 a 2020. Estabelecemos esse recorte temporário, tendo em vista o momento de significativa expansão de Assistentes Sociais na Rede Federal, logo após a regulamentação do PNAES em 2010 e a Lei de Cotas de 2012.

Conforme recomendado por Romanowski e Ens (2006), é necessário, no momento de busca dos trabalhos, a definição de “descritores” ou “palavras-chave” que direcionem as buscas em concordância com a temática a ser estudada e com os objetivos delineados na pesquisa. Os descritores utilizados nos três bancos foram: Assistente Social na EPT e Serviço Social no EMI, a partir do operador booleano AND, que serve para selecionar termos juntos.

Selecionamos os trabalhos a partir de três campos: título, resumo e palavras-chave. Realizamos a leitura na íntegra dos trabalhos que tinham como foco cursos na modalidade integrado, mapeando os trabalhos a partir das seguintes informações: objetivos, referenciais teóricos, metodologia (campo empírico, participantes, instrumentos de coleta e análise), principais resultados e considerações finais.

Para a análise dos trabalhos, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática, conforme Bardin (2016). A análise de conteúdo se desenvolveu a partir das seguintes etapas: *pré-análise*, tendo como base o material coletado, que foi o momento de organização; *exploração do material*, que se deu a partir da leitura na íntegra dos trabalhos coletados; e, por fim, o *tratamento dos resultados* obtidos e interpretação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizamos 4 publicações sobre o Assistente Social na EPT com foco no EMI, sendo 3 dissertações e 1 tese. Destacamos que todos os trabalhos foram localizados no BDTD e no Banco da CAPES; logo, não localizamos trabalhos no observatório do ProfEPT.

O quadro 1 sintetiza os trabalhos, separados por ano, autor, trabalho, título, objetivo e tipo da pesquisa - conforme indicação dos autores nos trabalhos.

**Quadro 1** – Trabalhos sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (2011-2020)

ANO	AUTOR/A	TRABALHO	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA
2020	FERREIRA, Jéssica Fernanda Wessler.	Dissertação	A contribuição do Assistente Social para a permanência dos estudantes nos Cursos TI ao EM no IFPR.	Investigar os desafios e possibilidades do trabalho do profissional Assistente Social em relação à permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná - IFPR.	bibliográfica e de campo.

ANO	AUTOR/A	TRABALHO	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA
2017	ABREU, Edna Maria Coimbra de.	Tese	O Serviço Social na EPT: as particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos IFES	Analisar o exercício profissional do AS no âmbito da EPT brasileira, tendo como referência o Projeto Ético-Político profissional.	bibliográfica, documental e de campo.
2017	AUD, Milena Ferraz.	Dissertação	O trabalho dos/as AS no IFSP: o processo de intensificação em questão.	Analisar as expressões objetivas e subjetivas do processo de intensificação do trabalho do AS no âmbito do IFSP.	bibliográfica, documental e empírica.
2013	DAROS, Michelli Aparecida.	Dissertação	O IFSP – A evasão escolar e a atuação do SSO: uma experiência em construção.	Analisar as estratégias propostas e implantadas pelo Serviço Social, nas ações de AE para a contenção da evasão escolar no IFSP.	bibliográfica, documental e empírica.

Os trabalhos lidos (quatro) foram organizados em duas categorias temáticas: “O profissional Assistente Social: desafios e possibilidades da atuação na permanência estudantil e no combate à evasão escolar” e “O Exercício profissional do Assistente Social.”

Na primeira categoria, localizamos os trabalhos de Ferreira (2020) e Abreu (2017). Na segunda categoria, localizamos os trabalhos de Aud (2017) e Daros (2013).

Ferreira (2020) investigou os desafios e possibilidades do trabalho do profissional Assistente Social em relação à permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Apresentou como referenciais teóricos os autores: Abreu (2017), Almeida (2005), Behring (2006), Boschetti (2003), Frigotto (2005), Iamamoto (2012), Kuenzer (2002), Ramos (2017), Saviani (2003) e Martinelli (2006).

Segundo a autora, o trabalho se constitui como pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo baseia-se na coleta de dados realizada através de questionário eletrônico com dez Assistentes Sociais do IFPR e a interpretação dos dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo.

Os resultados da pesquisa de Ferreira (2020) evidenciaram que o Assistente Social na Política Educacional contribui com a permanência dos alunos nas instituições de ensino na medida em que trabalham no fortalecimento de vínculos, por meio da orientação

e da promoção de espaços de estudos sobre o acesso às políticas sociais e também com a formação dos estudantes para a construção de reflexões críticas sobre a realidade em que estão inseridos.

Ferreira (2020) aponta que a Educação é um espaço privilegiado de atuação do Assistente Social, na perspectiva da dimensão pedagógica, seja por meio da orientação dos estudantes e de suas famílias, seja por meio da promoção de espaços de discussão e debates acerca do acesso às políticas sociais, bem como de outras ações. Desse modo, a partir do compromisso expresso no projeto ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora e da concepção de Educação assumida pela profissão em uma perspectiva emancipatória, Ferreira (2020) conclui que o Assistente Social que atua na Política Educacional pode contribuir com a formação crítica dos sujeitos.

Abreu (2017) objetivou analisar o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo como referência o Projeto Ético-Político profissional. Utilizou, como referencial teórico, o Materialismo Histórico-dialético, a partir de autores como: Abreu (2012), Almeida (2003), Faleiros (2011), Franco (2012), Frigotto (2005), Yamamoto (2005), Kuenzer (2002) e Martins (2016).

De acordo com Abreu (2017), o trabalho se constitui como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada visando à construção teórica e metodológica do trabalho. A pesquisa documental foi realizada com o intuito de identificar as concepções e linhas de ação que orientam o projeto ético-político profissional e a intervenção do Serviço Social na educação. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira, foi utilizado o questionário eletrônico, com questões abertas e semiabertas, em que 104 Assistentes Sociais dos IFs de todo o Brasil participaram; e na segunda etapa foi utilizada a entrevista semiestruturada, com 16 participantes. Nas duas etapas utilizou-se a técnica da observação participante. A análise e o tratamento dos dados coletados foram realizados a partir da Técnica de Análise de Conteúdo.

Os resultados do estudo de Abreu (2017) demonstraram que os desafios de materialização do projeto ético-político do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação se concretizam através

das dificuldades cotidianas decorrentes da contradição entre os princípios que orientaram a construção do projeto ético-político do Serviço Social e as ideias neoliberais que dão sustentação ao avanço do capitalismo e orientam as reformas educacionais. Os resultados mostraram também as possibilidades a partir do compromisso dos profissionais com o projeto ético-político profissional do Serviço Social, do desenvolvimento de ações socioeducativas e das correlações de forças no contexto das relações institucionais.

Nesse sentido, Abreu (2017) ressalta que, em sua pesquisa, pode perceber a articulação interinstitucional da categoria enquanto mecanismo positivo na busca de superação dos limites que dificultam o exercício profissional e a realização do projeto ético-político neste espaço de atuação.

Aud (2017) analisou as expressões objetivas e subjetivas do processo de intensificação do trabalho do Assistente Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Como referencial teórico, se baseou na perspectiva da teoria social de Marx, a partir de produções de teóricos como: Yamamoto (2007), Almeida (2007), Barbosa (2015) e Antunes (2013) e Martinelli (2012).

Conforme Aud (2017), o trabalho se constitui como pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa empírica utilizou, para a coleta de dados, o questionário semiestruturado e a entrevista com perguntas abertas com seis Assistentes Sociais do IFSP e a interpretação dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo.

A pesquisa de Aud (2017) evidencia, em seus resultados, as condições de trabalho subjetivas dos Assistentes Sociais no IFSP. Essas condições, muitas vezes, estão ocultas aos olhos dos organismos oficiais, além de não serem identificadas pelos próprios trabalhadores que atuam nesse espaço.

Nesse sentido, a autora conclui que as primeiras aproximações às formas de intensificação do trabalho do Assistente Social no IFSP servem de impulso para elaborar estratégias em conjunto com outros profissionais que atuam nesta instituição, no sentido de sistematização de estudos e definição de uma agenda de lutas e negociações que enfrentam os desafios de intensificação do trabalho aos quais estão submetidos.

Daros (2013) analisou as estratégias propostas e implantadas pelo Serviço Social nas ações de Assistência Estudantil para a contenção da evasão escolar no IFSP. Utilizou, como referencial teórico, as produções de István Mészáros (2008), Demerval Saviani (2000), Fernandez Henguita (1989), Duriguetto (2007), Coutinho (1980), Gentili (2009) e a teoria social de Marx.

A autora destacou que o trabalho envolveu pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A primeira identificou os principais elementos históricos do IFSP e da EPT. Foram construídos referenciais teóricos sobre o Serviço Social na Educação, como, por exemplo: direito à Educação, democracia participativa e cidadania ampliada. A pesquisa documental identificou os motivos da evasão escolar no IFSP e a pesquisa empírica baseou-se na coleta de dados realizada através de questionário e entrevista semiestruturada com seis Assistentes Sociais do IFSP. A interpretação dos dados foi realizada através da análise de conteúdo.

Os resultados mostraram que as contribuições dos Assistentes Sociais voltadas à permanência dos alunos na instituição focam, em geral, no estreitamento de vínculos com os estudantes e na construção de reflexões críticas, realizadas de forma pontual e sem sistematização adequada em que a evasão escolar e a permanência dos estudantes no IFSP perpassam todas as ações profissionais, que se fundamentam nos conceitos de efetividade do direito à Educação, de democracia participativa e de cidadania ampliada.

Segundo Daros (2013), a dificuldade em conciliar trabalho e estudos é o principal motivo da evasão escolar. Em suas considerações, destaca que as ações de redução da evasão não devem encerrar-se em programas de acesso e permanência dos estudantes no IFSP. A ampliação das condições de permanência nas instituições de ensino para o impedimento da evasão não alcançará seu objetivo enquanto a principal razão de evadir for traduzida em trabalho. Para isso, são necessárias articulações entre órgãos governamentais, educadores, movimentos sociais, estudantes e trabalhadores para que os conhecimentos produzidos nessa área não se limitem as respostas e estratégias internas das instituições de ensino à evasão.

Conforme constatamos, dentre os autores que serviram como referencial teórico, os mais utilizados foram: Abreu (2012, 2017),

Almeida (2003, 2005, 2007), Barbosa (2015) e Martins (2016). Destacamos que todos os autores dos trabalhos afirmaram que utilizaram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Além dessas, três afirmaram que realizaram a pesquisa documental<sup>3</sup>. No que diz respeito às pesquisas de campo, todos os pesquisadores utilizaram para a coleta o questionário e a entrevista. Apenas um utilizou também a observação participante. Para análise e interpretação, todos os trabalhos utilizaram a técnica de análise de conteúdo. No que se refere aos participantes das pesquisas, nos quatro trabalhos destacamos os Assistentes Sociais.

Os resultados apresentados nos trabalhos evidenciaram as necessidades e os desafios que precisam ser superados pelos Assistentes Sociais nos Institutos Federais, no sentido de respaldar ações interventivas no contexto da EPT.

Por fim, tendo em vista o objetivo geral da pesquisa de mesurado, destacamos que nenhum dos estudos utilizou a Teoria das Representações Sociais e nem teve, como participantes, estudantes. Portanto, reiteramos a relevância da pesquisa sobre as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes, visto que o estudo dessas representações ajudará a compreender os processos simbólicos que envolvem a construção da realidade para esses estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos a produção científica da Pós-Graduação brasileira sobre o Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica com foco no Ensino Médio Integrado no período de 2011 a 2020. Como observamos, dois trabalhos estudaram sobre a atuação dos Assistentes Sociais em prol da permanência dos estudantes ou da redução da evasão escolar no âmbito dos Institutos Federais e dois sobre o exercício profissional do Assistente Social.

3 Em relação às pesquisas bibliográficas e documentais, cumpre destacar que os autores mencionaram que utilizaram, porém não apresentam como realizaram, quais documentos analisaram e os resultados da pesquisa.

Conforme indicamos, nenhum dos trabalhos utilizou a TRS e nem teve, como participantes, estudantes, foco da pesquisa de Mestrado. No entanto, é preciso considerar a relevância de se promover estudos voltados a temática do Assistente Social na EPT - o que possibilitará qualificar ainda mais essa prática e, dessa forma, contribuir com a formação discente.

Desse modo, reiteramos a relevância deste estudo, pois o trabalho do Serviço Social está em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão e pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012).

Portanto, esperamos que este trabalho contribua para reflexões sobre o Serviço Social na EPT e que conduza à necessidade de novos estudos nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017;

AUD, Milena Ferraz. **O trabalho dos/as Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP: o processo de intensificação em questão**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017;

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016;

BEHRING, Elaine Santos; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Centro Gráfico, 1988;

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.688** de 2000. Dispõe sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais de

educação de cada escola. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=13881CC721CAFA4D90FED540A96343E6.node1?codteor=1115163&filename=Avulso+-PL+3688/2000](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=13881CC721CAFA4D90FED540A96343E6.node1?codteor=1115163&filename=Avulso+-PL+3688/2000). Acesso em: 03 de janeiro de 2022;

\_\_\_\_\_ **Projeto de Lei nº 837** de 2003. Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=64E7542369EF00276CA2156DF577C8F7.proposicoesWebExterno2?codteor=249369&filename=PRL+1+CE+%3D%3E+PL+837/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=64E7542369EF00276CA2156DF577C8F7.proposicoesWebExterno2?codteor=249369&filename=PRL+1+CE+%3D%3E+PL+837/2003). Acesso em: 03 de janeiro de 2022;

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 6.095/07**. Define diretrizes para constituição dos Institutos Federais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=-DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=-DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica). Acesso em: 01 de outubro de 2021;

\_\_\_\_\_ **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 01 de outubro de 2021;

BULL, Thalita Giovanna. **Trajetória do Serviço Social de Limeira: Construção de uma “Educação para além do capital”**. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010;

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**, nº 3. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 17 de julho de 2021;

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105;

DAROS, Michelli Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a evasão escolar e a atuação do Serviço Social: uma experiência em construção**. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014;

DUARTE, Amanda Machado dos Santos (org.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019;

FERREIRA, Jéssica Fernanda Wessler. **A contribuição do Assistente Social para a permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná - IFPR**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020;

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002;

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001;

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008;

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas do trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 113, 2013. p.106 - 130;

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113704>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021;

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2003;

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015;

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. v. 8, 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2021;

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006;

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do/a Assistente Social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luíz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e Educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 153-172;

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre.** Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.